

RESUMO/ ABSTRACT

O DISCURSO ANTIESCRAVAGISTA EM *ÚRSULA*, DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Maria Firmina dos Reis, escritora maranhense, ousou escrever dentro das possibilidades que a sociedade machista, conservadora e provinciana do Maranhão, no século XIX, oferecia à mulher. *Úrsula*, publicada em 1859, é a obra em que a escritora, adotando uma postura abolicionista, dá voz ao escravo. Revela em sua narrativa uma veia abolicionista articulada com o contexto das relações econômicas, sociais e culturais da época, denuncia a arbitrariedade, violência e problemas que envolviam a servidão negra em uma sociedade, por excelência, escravista. Maria Firmina dos Reis demonstra mais claramente suas ideias abolicionistas e seu discurso antiescravagista.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis; escrita feminina; discurso antiescravagista.

THE ANTI-SLAVERY DISCOURSE IN *ÚRSULA*, BY MARIA FIRMINA DOS REIS

Maria Firmina dos Reis, a writer from Maranhão, dared to write within the possibilities that the male-dominated, conservative and provincial society from Maranhão in the nineteenth century offered to the woman. *Úrsula*, published in 1856, is a work in which the writer adopts an abolitionist posture giving voice to the slave. She reveals in her narrative an abolitionist vein combined with the context of economic, social and cultural rights at the time, she denounced the lawlessness, violence and problems that involved the slavery black in a society par excellence slavery. Maria Firmina dos Reis demonstrates more clearly her ideas and her abolitionist anti-slavery discourse.

Keywords: Maria Firmina dos Reis; feminine literature; anti-slavery discourse.

O DISCURSO ANTIESCRAVAGISTA EM *ÚRSULA*, DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Algemira de Macedo Mendes

Doutora em Letras (PUC-RS). Professora de Literatura Brasileira, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
algemacedo@hotmail.com

A produção literária do Maranhão, anterior à de Maria Firmina dos Reis¹ nos primeiros anos da colonização, é representada pela obra do Padre Antônio Vieira, que viveu naquela região por duas vezes: de janeiro de 1653 a junho de 1654, e depois, de 1655 a 1661. Consta na historiografia literária que lá tenha proferido pelo menos 17 de seus sermões, usando-os para denunciar as atrocidades

¹ Maria Firmina dos Reis, escritora maranhense, nasceu em 11 de outubro de 1825, no bairro de São Pantaleão, na Ilha de São Luís, capital da então província do Maranhão. Filha bastarda descendente de escravo, viveu com a avó, a mãe e as suas primas em Guimarães, para onde se mudaram quando ela tinha cinco anos. Autodidata, sua instrução fez-se através de muitas leituras – lia e escrevia francês fluentemente. Exerceu a profissão de professora primária, tendo sido aprovada em primeiro lugar para a vaga do concurso público estadual em 1847 para mestra régia. Aposentou-se em 1881. Um ano antes da aposentadoria, fundou a primeira escola mista no Maranhão, tendo esta funcionado até 1890. Faleceu em 11 de novembro de 1917 aos 92 anos, cega e pobre. Colaborou com o jornal *A Imprensa*, publicando, em 1860, poesias, assinando com as iniciais M. F. R. Em 1861, começa a publicar *Gupeva*, no jornal *Jardim das Maranhenses*. Em 1863 e 1865, republica *Gupeva*, respectivamente, nos jornais *Porto Livre* e *Eco da Juventude*. Em 1871, *Cantos à beira mar*, pela Tipografia do Paiz; em 1976, em *fac-símile*, a 2ª edição. Participou da antologia poética *Parnaso Maranhense* (1861) e colaborou ainda com os seguintes jornais: *Publicador Maranhense* (1861), *A Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense* (1867), *O Domingo* (1872), *O País* (1885), *Revista Maranhense* (1887), *Diário do Maranhão* (1889), *Pacotilha* (1900), *Federalista* (1903). Escreveu, no *Almanaque de Lembranças Brasileiras* (1863, 1868), um artigo de título “Minhas impressões de viagem” (1872), um diário intitulado *Álbum* (1865), várias charadas e enigmas. Compôs músicas clássicas e populares (*Autos de bumba meu boi*), música dos *Versos da garrafa*, atribuído a Gonçalves Dias. Cf. Mendes (2006, p. 19-20).

cometidas contra os escravos índios e negros. Da longa série de trinta sermões, sob o título de *Maria, Rosa Mística*, destacam-se os de número XIX, XX, XXVII, pelo enfoque dado ao escravo negro. Isso o coloca como primeiro, no Maranhão, a se manifestar a respeito, tanto do índio quanto do negro (TORIBIO, 1990, p. 20-32).

Excetuando a participação de Vieira, nos primeiros séculos do Brasil, apareceram somente manifestações irrelevantes em favor da liberdade e dos negros. Somente no segundo quartel do século XIX, a temática da escravidão ocupa relativo espaço na literatura brasileira, sendo o responsável direto o poeta maranhense Gonçalves Dias. Ao negro, dedicou ele especial atenção em *Meditação* e *A escrava*. No Maranhão, nesse período, também constam os escritores Trajano Galvão de Carvalho, autor de *Calhambola, a crioula*; Celso Magalhães, *O escravo*; Sousândrade, de *O guesa*; e Odorico Mendes, autor de *Hino da tarde*. A primeira voz feminina no Brasil que registraria a temática do negro é a da maranhense Maria Firmina dos Reis, com a publicação do romance *Úrsula*, em 1859.

*Úrsula*², obra escrita por Maria Firmina dos Reis foi editado pela primeira vez no ano de 1859, em São Luís do Maranhão, assinado simplesmente por “uma maranhense”, recurso bastante usado no século XIX, principalmente pelas mulheres que se aventuraram a escrever, como é o caso de Nísia Floresta Augusta, Ana Luísa de Azevedo Castro, Amélia Rodrigues, Luísa Amélia de Queirós³ e Narcisa Amália entre, outras.

O universo narrativo de *Úrsula* é marcado por desencontros, ilusões e decepções. O desfecho fatídico e infeliz é um dos diferenciais. Para a época, era mister que as narrativas possuísem um final feliz para agradar ao público feminino que ocupava o tempo e a cabeça lendo histórias de amor. A loucura e morte de *Úrsula* acabam com qualquer perspectiva do esperado final feliz.

A literatura de característica romântica tem como temas gerais o amor à pátria, a natureza, a religião, o povo e o passado. Alfredo Bosi, citando Karl Mannheim, faz o seguinte comentário:

[...] o Romantismo expressa os sentimentos dos descontentes com as novas estruturas: a nobreza, que já caiu, e a pequena burguesia que ainda não subiu: de onde, as atitudes saudosistas ou reivindicatórias que pontuam todo movimento (BOSI, 1995, p. 91).

² Publicada sob o pseudônimo de “Uma Maranhense”. O *fac-símile* foi feito após doação de Horácio de Almeida ao Governo do Estado do Maranhão, na época Nunes Freire, que o encontrou em sebo no Rio de Janeiro em 1962.

³ Escritora piauiense que escreveu poesias e crônicas, autora de *Flores incultas* e *Georgina*. Publicou em jornais e no almanaque de lembranças *Luso-Brasileiro*, editado em Portugal no século XIX.

O refúgio no passado, o nativismo e a reinvenção do bom selvagem centraram suas atenções no elemento indígena. A literatura do século XIX, produzida ainda sob a vigência do período escravocrata, silencia sobre o negro, que, quando não omitido, aparece somente destacado por características estereotipadas: sensualidade, luxúria, comportamento bestial ou servil, ou então é representado com sentimento de piedade e comiseração diante da situação do cativo. A esse respeito, o estudioso Gregory Rabassa, em *O negro na ficção brasileira: meio século de história literária*, diz:

Na literatura produzida no Brasil até 1888, o negro apareceu em papéis diversos e sob ângulos diferentes. Os primeiros inscritos geralmente incluíam polêmicas contra ou a favor da escravidão, corrente que iria contribuir com outras obras até a abolição e, mesmo depois disso, em retrospectos. Como pessoa, o negro foi descrito como quase tudo cabível na escala humana de interpretação: uma figura semelhante a feras que servia apenas para o trabalho pesado, um selvagem em que não se pode confiar e que se revoltará na primeira oportunidade, um herói lutando contra uma opressão injusta, um servo fiel imbuído de grande amor por seu senhor, uma figura exótica que desperta desejo, um pobre ser humano rebaixado de anseios justos devido a uma instituição iníqua. Em poucas palavras, o negro apareceu sob quase todos os ângulos concebíveis pelos autores que dele se ocuparam (REBASSA, 1965, p. 99).

Úrsula ultrapassa esse usual ponto de vista, porque adota posicionamento explicitamente antiescravagista, diferente de Joaquim Manuel de Macedo, em *As vítimas algozes*; Bernardo Guimarães, em *A escrava Isaura*; Pinheiro Guimarães em *O comendador*; e Francisco Gil Castelo Branco, em *Ataliba, o vaqueiro*⁴. E mesmo as obras de Teixeira e Sousa, *Maria ou a Menina roubada* e José do Patrocínio, em *Mota Coqueiro* (SAYERS, 1958). *Úrsula* não tem a pretensão de ser uma bula abolicionista, mas, em se tratando de uma literatura emergente, o que deve ser principalmente privilegiado, é sua oportunidade. O livro, por ter sido publicado distante do centro cultural, da Corte, e por ser de autoria de uma mulher negra, não teve grande repercussão nacional. Maria Firmina dos Reis, com essa obra, deu ao negro configuração até então negada: a de ser humano privilegiado, portador de sentimentos, memória e alma. Não coisas obsoletas, como a ideologia dos escravocratas os faziam acreditar, sempre subestimando a capacidade da raça africana. É aí que se concentra seu grande mérito e originalidade. Eduardo Assis Duarte, posfaciador da quarta edição de *Úrsula*, compartilha da ideia, já defendida por Charles Martin, prefaciador da terceira edição, do pioneirismo de Maria Firmina, ao abrir espaço para preta Susana, a quem ele compara um elo vivo da memória ancestral ou uma espécie de *alter ego* da romancista.

⁴ Escritor piauiense. Ver Castelo Branco (1988).

A personagem configura aquela voz feminina porta-voz da verdade histórica e que pontua as ações, ora com comentários e intervenções moralizantes, ora como porta-voz dos anúncios e previsões que preparam o espírito do leitor e aceleram o andamento da narrativa. Essa voz feminina emerge, pois, das margens da ação para carregá-la de densidade, do mesmo modo que sua autora também emerge das margens da literatura brasileira para agregar a ela um instigante suplemento de sentido.

No romance, as personagens protagonistas são brancas, e as negras são todas secundárias, mas muito significativas, já que através delas são abordadas questões fundamentais, como a problemática da escravidão negra. São as personagens negras e escravas que fazem com que o romance adquira um tom de denúncia, assim como expressa sentimentos de igualdade, fraternidade e liberdade, misturados a resignação e revolta. Enquanto outros autores da literatura do século XIX punham mordanças nas bocas dos negros, Maria Firmina lhes dá voz, para expressarem suas angústias e anseios na terra estranha.

Nas observações que o narrador faz do escravo Túlio, que socorre o mancebo, fica intrínseco o discurso antiescravagista da autora. Em sua primeira aparição, a personagem já indica a perspectiva que orienta a representação do choque entre as etnias no texto de Maria Firmina dos Reis. A escravidão é “odiosa”, mas nem por isto endurece a sensibilidade do jovem negro. Eis a chave para compreender a estratégia autoral de denúncia e combate à escravidão sem agredir, no entanto, as convicções mais elevadas de seus leitores. Túlio é vítima, não algoz. Sua revolta se faz em silêncio, pois não tem meios para confrontar o poder dos senhores. Não os sabotava nem os rouba, como os escravos presentes em *Vítimas-algozes*, de Joaquim Manoel de Macedo (1869). Seu comportamento pauta-se pelos valores cristãos, apropriados pela autora a fim de melhor propagar seu ideário:

Senhor Deus! quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo – e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... a aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?! E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista (REIS, 1988, p. 24-5).

Contraopondo-se ao estereótipo presente nas obras citadas, a autora introduz a imagem do escravo bom, fiel, que, apesar da escravidão, não está embrutecido, uma espécie de Pai Tomás, de *A cabana do Pai Tomás*, obra da jornalista americana Harriet Beecher Stowe⁵.

⁵ Ver Stowe (2005).

Ressalte-se, de início, que não se trata de condenar a escravidão unicamente porque um escravo específico possui um caráter elevado. Trata-se de condenar a escravidão como um todo, enquanto instituição injusta. E a autora o faz a partir do próprio discurso religioso, oriundo da hegemonia branca, que afirma serem todos irmãos independentemente da cor da pele! Se pensarmos em termos do longínquo ano de 1859 e da longínqua província do Maranhão, poderemos avaliar o quanto tal postura tem de avançado, num contexto em que a própria Igreja Católica respaldava o sistema escravista.

Na opinião de Raymond S. Sayers (1958, p. 324-85), além da influência do pensamento político corrente, outro fato determinante sobre essa literatura de protesto social foi a de *Uncle Tom's cabin*, traduzida em 1853 para o português, dois anos após sua aparição em inglês, e que teve outra impressão em 1956. Para Sayers (1958, p. 220), muitos dos antiescravagistas tinham um discurso muitas vezes associado ao modismo da época. Um exemplo emblemático é Pinheiro Guimarães, em seu livro sobre seu pai, onde descreve um sarau em casa de família abastada pelo fim do século. Num ambiente luxuoso, entre peças magníficas de jacarandá lavradas e reposteiros de seda, homens e mulheres, em trajas cuidados ouvem uma jovem recitar poemas com acompanhamento de piano. E um desses poemas obrigatórios na época era “O navio negreiro” de Castro Alves. Assim também o fizeram com *A cabana do Pai Tomás* e *As Vítimas Algozes*.

Sobre as duas primeiras obras, o antropólogo Arthur Ramos diz:

A cabana do Pai Tomás de Harriet Beecher Stowe, ou toda a poesia libertária de um Castro Alves apenas despertaram um vago sentimento de piedade para uma raça, que uma falsa lógica considerou inferior. [...] Por isso esses poemas de piedade “branca” não são dramas negros, e sim negróides. Correspondem, em sentido, à imensa choradeira indianista sem significação humana. Esse ciclo “negróide” é a expressão de um romantismo de mistificação, ocultando as verdadeiras faces do problema sob as capas de um sentimentalismo doentio, sado-masoquista, onde a piedade exaltada era, na realidade, a contraparte, o outro pólo de um sadismo negricida, sem precedentes (RAMOS, p. 17-8).

Vê-se que a autora deve ter lido essa obra, já que foi tão difundida no Brasil do século XIX, mas com certeza sob o filtro da positividade. Assim, em *Úrsula* há o encontro das almas generosas, a do escravo Túlio, que, numa atitude humanitária, ajuda o jovem advogado Tancredo, que nutre pelo escravo sentimento de gratidão. Com isso, fica sugerido, no contexto da enunciação, que as duas raças poderiam viver em plena harmonia, mesmo com as incongruências do sistema, materializando o ideal de liberdade e fraternidade, defendido pelos seguidores do Iluminismo tão em voga no século XIX:

– Homem generoso! único que soubeste compreender a amargura do escravo!... Tu que não esmagaste com desprezo a quem traz na fronte estampado o ferrete da infâmia! Porque ao africano seu semelhante disse: – és meu! – ele curvou a fronte, e humilde, e rastejando qual erva, que se calçou aos pés, o vai seguindo? Por que o que é senhor, o que é livre, *tem segura em suas mãos ambas a cadeia, que lhe oprime os pulsos. Cadeia infame e rigorosa, a que chamam: – escravidão?!...* E, entretanto este também era livre, livre como um pássaro, como o ar; *porque em seu país não se é escravo.* Ele escuta a nênia plangente de seu pai, escuta a canção sentida que cai dos lábios de sua mãe, e sente como eles, que é livre; porque a razão lho diz, e a alma o compreende. *Oh! a mente! Isso sim ninguém pode escravizar!* Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos *sertões da África, vê os areais sem fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis,* quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador: vê a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta ressequida: vê a cabana onde nascera e aonde vivera!... (REIS, 1988, p. 26-7 – grifos nossos).

Entre outras características, a bondade dos dois merece destaque. Tancredo reconhece os transtornos decorrentes da escravidão e alforria o escravo. Bondade e cumplicidade independem de raça e posição social. Com a alforria, Túlio continua subserviente ao jovem Tancredo. Prevalece o binômio, “As Almas Gêmeas / Almas Irmãs”.

Conforme foi evidenciado, Charles Martin destacou, no prefácio da terceira edição, que “o negro não é apenas colocado na trama em pé de igualdade frente ao rico Cavaleiro. Mais que isto, ele é a “base de comparação” (REIS, 1988, p. 10-1) para que o leitor aprecie o valor do jovem herói branco. Ou seja, no discurso do narrador onisciente, o negro é parâmetro de elevação moral. Tal fato se constituiu em verdadeira inversão de valores numa sociedade escravocrata, cujas elites difundiam teorias “científicas” a respeito da inferioridade natural dos africanos e afro-brasileiros. Assim fazendo, a voz que narra mostra-se, desde o início, comprometida com a dignificação da personagem, ao mesmo tempo em que expressa literalmente qual o território cultural e axiológico que reivindica para si: o da afrodescendência. Esse pertencimento se traduz ainda na simpatia que a autora devota a Túlio e aos demais personagens submetidos à escravidão, conforme temos demonstrado.

No nono capítulo, intitulado “A preta Susana”, ratifica-se o discurso antiescravagista, fundamentado pelo ideário iluminista do século XIX. Numa espécie de alter-ego da escritora, já não é mais o narrador que fala, apenas fazendo a descrição da personagem. A personagem assume o discurso, narrando na primeira pessoa do singular suas reminiscências, utilizando-se do *flashback*. Transmite, através de sua voz, sua condição de escrava e o que era antes de ser raptada na África.

Maria Firmina dos Reis, ao criar a personagem Susana, personificação do sentimento africano, contraria tudo que já tinha sido feito até então. A negra Susana é a imagem do africano que, tirado à

força, de forma brutal e bestial, de sua terra natal, foi animalizado e classificado como objeto, coisa, mão-de-obra forçada e gratuita para senhores inescrupulosos. É ela quem explica ao jovem Túlio, escravo alforriado pelo branco Tancredo, o sentido da verdadeira liberdade.

Ao dedicar o capítulo a uma negra africana, Maria Firmina dos Reis inova, porque, até onde se sabe, na literatura, o negro não era concebido como ser humano. É por intermédio das reminiscências da personagem preta Susana que a escritora faz a tentativa de avisar ao despreocupado leitor de século XIX quão brutal e desumana é a forma pela qual o homem livre é transformado em cativo. São descritas cenas marcantes de sua captura, a separação dos familiares e da terra natal, a tormentosa viagem e o processo de degradação dos seres humanos, tratados como animais ferozes. Pode-se dizer que a autora antecipa o tema presente em *Navio negreiro*, de Castro Alves publicado, em 1868, com um diferencial, pois a voz que narra em *Úrsula* é a de uma escrava. Sobre isto, Charles Martin diz:

É em *Úrsula*, no entanto que vemos uma genuína preocupação com a história, o elo com a África e a consciência para com as próprias raízes, ao contrário dos demais livros abolicionistas, que raramente mencionam a África como verdadeira terra natal dos negros (REIS, 1988, p. 10).

Assim, entre a positividade e a bondade do jovem afro-brasileiro Túlio, e a negatividade representada pela decadência do velho africano Antero, alcoolizado, a autora abre caminho para o discurso de Mãe Susana, elo vivo entre a memória ancestral e a consciência da subordinação. A personagem configura a voz feminina, espécie de porta-voz da verdade histórica e que pontua as ações, ora com comentários e intervenções desmoralizantes, ora como verdadeira profetiza a tecer passado, presente e futuro nos anúncios e previsões que, por um lado, preparam o espírito do leitor e aceleram o andamento da narrativa, e, por outro, instigam a reflexão e a crítica.

A caracterização física de Susana, feita pelo narrador, é o oposto da apresentada por demais escritores abolicionistas, que representam a mulher negra explorando o lado sexual. O narrador firminiano, ao descrever a personagem, dá-lhe denotação de sofrimento, de amargura e de dor. Poderia ter optado pela personagem quando jovem ou destacado alguma característica física que lhe atribuísse um passado de formas generosas. Sem opulência corporal, ela é seca e descarnada:

Susana chamava-se ela; trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras e descarnadas como todo o corpo: na cabeça tinha cingido um lenço encarnado e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs (REIS, 1988, p. 80).

A velha escrava, portanto, conta sua história, criando assim vínculo emocional com o leitor. *A priori*, a descrição superficial torna-se importante. Descrição superficial perfeitamente aceitável, pois a romancista nunca houvera saído do Maranhão, e com certeza o que conhecia a respeito da África era o que havia lido e/ou ouvido falar. Mas, mesmo assim, dotada de imensa imaginação, transporta o leitor para a África, terra da então jovem Susana. “Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade!” – continuou Susana com amargura:

Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente de meu país e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor de minha alma: – uma filha que era minha vida, minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar tão santa união [...] (REIS, 1988, p. 81-3).

Arrancada da África e entregue ao cativo quando jovem, com o passar do tempo, e depois de ser propriedade de dois cruéis senhores, Susana é grata por encontrar na sua terceira senhora uma pessoa bondosa. Mas, velha e impossibilitada de retornar a sua casa, a sua família, sua verdadeira pátria, o único sentimento que a escrava se permite sentir é a gratidão provocada pela desesperança e medo de retornar a algum dono cruel e violento. Quando o jovem escravo lhe comunica que vai partir com um rapaz branco que o alforriou, ela demonstra receio e incredulidade; sustentando que escravo forro não existia e que ele podia estar trocando uma senhora boa por um futuro incerto, e que “liberdade” só era possível na África, expressando aí um sentimento diaspórico, o sonho da terra prometida, o sonho de somente lá encontrar a liberdade. “Meu filho, acho bom que te vás. Que te adianta trocar um cativo pelo outro! E sabes tu se aí o encontrarás melhor?” (REIS, 1988, p. 81).

O jovem, nascido e vivido em cativo, no momento em que encontra alguém que paga o seu preço em espécie, vê-se liberto; mas para a escrava ele não possui a liberdade total, pois troca um cativo por outro. Ao comparar que se sentia tão livre quanto Susana teria sido, o jovem escravo faz com que a velha escrava seja tomada por lembranças de sua mocidade na África.

Ao descrever como fora a juventude da escrava, a escritora valoriza a negra, dando-lhe uma dimensão de mulher livre e feliz, e que outrora tivera uma vida normal, como uma boa infância/

juventude, contraíra matrimônio, tivera filhos e principalmente amara, já que, no Brasil, a mulher escrava era encarada como objeto sexual, para satisfazer os desejos sexuais do patrão.

A autora denuncia a forma animalesca com que os negros eram tirados da África, de sua gente: ao contar sua captura, Susana chama os homens que a aprisionaram de “bárbaros”. Maria Firmina dos Reis adota postura ideologicamente favorável ao negro, visto que, no Brasil, o colonizador europeu classificava a raça negra como povo pertencente a uma sub-raça bárbara, na intenção de colocá-la como primitiva. Só que o bárbaro é, em primeiro lugar, o homem que acredita na barbárie, denominação que na verdade se aplicava mais ao procedimento europeu. Estava Susana a caminho do trabalho quando é aprisionada:

[...] E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se de minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível a sorte me reservava ainda longos combates [...] (REIS, 1988, p. 82).

O desespero causado pelo aprisionamento é aos poucos “superado”, porque o escravo fica anestesiado por situações cada vez piores pelas quais era obrigado a passar: a saudade dos parentes, a certeza de que jamais tornaria a vê-los, seguindo a desumana viagem em navios encarregados do transporte de africanos. O discurso da escritora sugere que as mortes de muitos africanos no interior desses navios não eram só pela saudade, mas, principalmente, pelas péssimas condições de sobrevivência. Pela forma como é feita a descrição da viagem compreende-se por que eles denominados “navios tumbeiros”. A descrição feita pela personagem Susana aproxima-se muito do que acontecia na realidade, como também o fez Castro Alves nos versos de “O navio negreiro”, em 1868:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida; passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Dava-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca; vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água (REIS, 1988, p. 83).

A citação explicita os maus tratos aos quais o escravo era submetido, evidencia as agruras que eles sofriam. Mostra, por sua vez, a impossibilidade de reverter a situação, pois não lhe restava outra alternativa, a não ser aceitar a infeliz posição de cativo, ao tentar em vão se rebelar. As punições eram muito piores:

Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos e veio dar morte aos cabeças do motim (REIS, 1988, p. 83-4).

A escritora, remetendo-se à religião católica, que prega a igualdade entre os homens, “Deus criou o homem a sua imagem e semelhança”, busca a igualdade entre as raças. Os grandes sistemas filosóficos e religiosos da humanidade (budismo, cristianismo, islamismo) proclamam uma igualdade que deve unir os povos, sem distinção de raça ou cultura: “É horrível lembrar que criaturas humanas tratem seus semelhantes assim que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!” (REIS, 1988, p. 83).

O sentimento de igualdade é expresso pela exclamação de Susana, que não compreende como o europeu conseguia tratar o africano de forma tão cruel, reduzindo-o a animal ou objeto de pouco valor.

Ao transpor o oceano e aportar aqui, o escravo infeliz penetrava em um mundo diferente e sem regresso. O cativo é a verdadeira região da dor eterna: embota a sensibilidade do escravo e por meio da mutilação moral o conduz a um misto de embrutecimento e completo torpor: “A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foram sufocados nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades [...]” (REIS, 1988, p. 84).

O trabalho insano e incessante, o alimento escasso e ruim, os castigos e as sevícias, as saudades da pátria ausente e perdida para sempre, os tormentos físicos, reunidos às angústias morais, geravam em último resultado, em uns mais cedo, em outros depois de longo padecer, desespero ou tristeza, após os quais vinha a morte que às vezes até era antecipada pelo próprio escravo que não suportava tal condição. “Muitos não deixavam chegar a esse último extremo – davam-se à morte” (REIS, 1988, p. 83). Não nos esqueçamos de que, com sua aura paternalista, esse discurso, ao fim e ao cabo, prepara o terreno para as teses do “homem cordial”, de Sérgio Buarque e outros, bem como da “democracia racial” freyreana. Ao publicar *Úrsula*, Maria Firmina desconstrói igualmente uma história literária

etnocêntrica e masculina, até mesmo em suas ramificações afrodescendentes. *Úrsula* não é apenas o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira, fato que poucos historiadores admitem. É também o primeiro romance da literatura afro-brasileira e faz companhia às *Trovas burlescas* de Luiz Gama, também de 1859, no momento inaugural em que os remanescentes de escravos querem tomar com nas mãos o sonho romântico de, através da literatura, construir um país sem opressão.

Como já foi dito, a escritora denuncia a cumplicidade e passividade da Igreja para com a escravidão: as ligações entre os padres e os senhores eram íntimas. Inicia assim o discurso anticlerical, ao denunciar a conivência da Igreja com os senhores proprietários de escravos, pois, à medida que o Clero se beneficiava do poder econômico das classes dominantes, melhor servia aos seus interesses. A exemplo, o comentário do narrador de *Úrsula*, sobre a amizade entre o comendador Fernando P. e o capelão, o primeiro: “homem muito perverso, poderoso, estúpido e orgulhoso” e o segundo, “um santo homem que se submetia aos mandos e caprichos e era cúmplice do senhor”. Na passagem a seguir fica explícito que o capelão agia somente por interesse próprio:

O comendador, talvez mais por ostentação que por sentimentos religiosos, tinha em sua casa um capelão, que era voz pública ser-lhe muito dedicado em consequência de altos favores feitos pelos pais de Fernando à sua família. Fosse pelo que fosse, o capelão de Fernando P.. dizia-se amigo deste, e isso causava a todos admiração; porque o comendador era um homem detestável e rancoroso, o sacerdote parecia ser um santo varão. Por singular anomalia, estes dois homens pareciam querer-se, ou suportam-se reciprocamente e essa união dava-lhes a reputação de íntimos amigos (REIS, 1988, p. 123).

Quando é ordenada a captura de Susana por Fernando P., o padre faz parte da comitiva que sai à procura da velha escrava, acusada de tentar proteger os noivos que se encontram fugidos. A figura conivente advém do fato de manter-se calado, somente assistindo. Quando toma a iniciativa de defender a negra, declarando-a inocente e dizendo que quem condena o inocente é condenado ao inferno, é coberto de insultos por Fernando, sequioso de vingança: – “Mentes, padre maldito! A Vossa doutrina não escutarei nunca [...] – Cala-te, cala-te, estúpido que és!” (REIS, 1988, p. 124).

A escrava Susana, que possui perfeita consciência de ser oprimida, vê na morte o único meio de alcançar o que outrora gozava na mocidade, tanto que lhe é oferecida uma oportunidade de fuga antes da sentença de morte, oferta que é recusada pelo fato de ela ser inocente, e inocente não foge. Recusando-se a fugir e enfrentando a morte ordenada pelo tio de *Úrsula*, o mundo não será mais para ela nenhum obstáculo à sua própria autorrealização, ou seja, a liberdade. A morte seria sua redenção. Assim pregava a religião: aos oprimidos na terra a salvação no céu.

Os africanos, no livro, têm seu próprio código ético e agem de acordo com ele. Têm sua própria noção de bem. Por exemplo, Susana acaba morrendo, não porque não queira trair o jovem casal que fugira do vilão, mas porque se nega a ajudar Fernando em qualquer circunstância. Ela verte lágrimas como “tributo de saudade” ao que lhe foi caro e à liberdade. Susana não é, como as mulheres brancas, esposas da trama, vítimas de maridos, que derramam lágrimas de impotência por não conseguirem agir, mudar nada, nem serem ouvidas.

Túlio demonstra sabedoria, apesar da pouca idade, e suas reflexões mostram um espírito que poderia ter sido desenvolvido intelectualmente e que não o fora devido à escravidão e à segregação que se lhe seguiu de forma disfarçada na vida nacional brasileira. O jovem escravo clama pela libertação de seu corpo e de toda a sua raça, porém, seu pensamento mostra-se cômico de que a escravidão restringia-se ao corpo, já que sua alma e seu pensamento eram-lhe propriedades únicas e inexoráveis. Segue o extrato comprobatório do que foi afirmado na própria voz de Túlio:

Oh! A mente isso sim ninguém a pode escravizar! Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais sem fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador: vê a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta (REIS, 1988, p. 35-6).

Chama a atenção, mais uma vez, o fato de esse romance dar voz a um afro-brasileiro, um escravo cujo pensamento não só denuncia a odiosa e inaceitável escravidão, mas, também, desconstrói todo e qualquer discurso que advogue no sentido da supremacia de uma raça sobre outra ou outras.

A perspectiva pioneira em que Maria Firmina descreve a escravidão, em *Úrsula*, só vamos encontrar semelhante no cotejo das memórias de Mahommah Gardo Baquaqua – narrativa que se reveste de especial importância, tendo em vista sua odisseia incomum, de alguém capturado na África Ocidental em Borgu, pertencente a uma família de comerciante por parte de mãe, que parece ter sido educado logo nos seus primeiros anos em sua língua, jogado em um navio negreiro primeiro para Pernambuco, em seguida vários outros destinos: Rio de Janeiro, Cidade de Nova Iorque, Haiti, Canadá, e Inglaterra. Alcança liberdade na cidade de Nova Iorque em 1847.

Ele desembarca em Recife, em 1845, tendo sido comprado, nesta cidade por um padeiro, mas devido a sua rebeldia foi vendido. Clemente José da Costa, seu novo dono, era um capitão e co-proprietário do navio *Lembranças*. Baquaqua passou, então, a servir a bordo do navio, juntamente com outro escravo, José da Rocha. O escravo, Baquaqua passa a ter um novo nome, José da Costa, identidade ligada ao seu dono. Faz duas viagens, para o sul do Brasil, embarcando carne seca para

transportar para o Rio. Essas viagens, segundo Paul E. Lovejoy⁶ (2002, p. 9-39), datam do final de 1846 e início de 1847.

Conforme Paul E. Lovejoy (2002, p. 76-8), a viagem seguinte de Baquaqua em 24 de abril de 1847 no *Lembranças*, transportando café, para Nova Iorque, foi sua passagem para a liberdade. Na época, Baquaqua era tanto um escravo pertencente ao capitão do navio, como também um membro da tripulação, e assim, ele foi identificado, em Nova Iorque, como “brasileiro”. O autor nos informa que ele foi incitado por abolicionistas locais, e, açulado por severos castigos físicos, Baquaqua, junto com seu compatriota, pulou do navio, em busca de “liberdade”, que ele descreve de maneira tocante em suas memórias autobiográficas. Na época, o caso dos dois homens, identificado como “brasileiro”, atraiu a atenção da imprensa local em Nova Iorque. Baquaqua e seu companheiro foram colocados na prisão. Identificados posteriormente como tripulantes do navio brasileiro, deveriam retornar a sua tripulação, dados os termos do tratado de reciprocidade entre o Brasil e os Estados Unidos. Mas Baquaqua e seu amigo desapareceram misteriosamente da prisão na Eldridge Stree, na noite de 9 de agosto. O carcereiro admitiu que havia caído no sono e deixado as chaves da cela sobre a escrivaninha.

Lovejoy diz em seu estudo que Garbo Baquaqua abandonou seu nome português no Haiti, passando a adotar a identidade de origem mulçumana, como demonstra na correspondência com sua mulher, e nos trajés, de acordo com uma notícia na gazeta de Magrawville, deixando de vez não só o nome português, mas a religião que lhe foi imposta no Brasil por seu dono. No Central College, Baquaqua matriculou-se no departamento primário, mas estava destinado a uma carreira de missionário, com o claro objetivo de retornar à África. No final de janeiro de 1854, ele deixou McGrawville indo para o Canadá, embora não se saiba exatamente para onde. Não obstante, ele conseguiu documentos de naturalização, tornando-se um súdito britânico. Garbo Baquaqua publica em Dretroit, um livro, narrando sua trajetória de escravo conforme registro no cartório do escrivão da Corte Distrital de Michigan (EUA, em 21 de agosto de 1854). Com a autobiografia, tornou-se, no dizer de Lovejoy, um dos primeiros africanos, senão o primeiro, a publicar suas memórias.

Considerado de caráter documental, o texto autobiografia, de Garbo Baquaqua antecede em cinco anos o romance de Maria Firmina dos Reis e confirma em muitos momentos o tom e, mesmo, diversos detalhes do inferno narrado pela romancista. Ao descrever a travessia do oceano, ele afirma:

Quando estávamos prontos para embarcar, fomos acorrentados uns aos outros e amarrados com cordas pelo pescoço e assim arrastados para a beira-mar. [...] O primeiro barco alcançou o navio com segurança, apesar

⁶ Ver também Vainfas (2002, p. 76-8).

dos fortes ventos e do mar agitado; o próximo a se aventurar, porém, emborcou e todos se afogaram, Fui colocado no próximo que seguiu rumo ao navio. Deus houve por bem me poupar, talvez por alguma razão. Fui então colocado no mais horrível de todos os lugares. Seus horrores, ah! Quem pode descrever? Ninguém pode retratar seus horrores tão fielmente como o pobre desventurado, o miserável desgraçado que tenha confinado em seus portais. Oh! amigos da humanidade, tenham piedade do pobre africano, alijado e afastado de seus amigos e de seu lar, ao ser vendido e depositado no porão de um navio negreiro entre religiosos e benevolentes. [...] Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de lado e as mulheres do outro. O porão era tão baixo que não podíamos ficar de pé, éramos obrigados a nos agachar ou sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. [...] A única comida que tivemos durante a viagem foi milho velho cozido. Não posso dizer quanto tempo ficamos confinados assim, mas pareceu ser muito tempo. Sofríamos muito por falta de água, que nos era negada na medida de nossas necessidades. Um quartilho por dia era tudo o que nos permitiam e nada mais. [...] Muitos escravos morreram no percurso. [...] Qualquer um de nós [que] se tornava rebelde, sua carne era cortada com uma faca e o corte esfregado com pimenta e vinagre para torná-lo pacífico (!). [...] Como os demais, fiquei muito marcado de início, mas nosso sofrimento não causou preocupação alguma aos nossos brutais donos. [...] Alguns foram jogados ao mar antes que o último suspiro exalasse de seus corpos. [...] Chegando em Pernambuco, América do Sul [...]].⁷

Como se vê, a ficção e a autobiografia iluminam-se mutuamente e confluem na condenação da desumanidade do tráfico e da forma como era exercida pelos negreiros. A semelhança ostentada pelos dois textos, tão distantes geograficamente um do outro, é espantosa, pois está no tom indignado, transposto numa discursividade que chega a apelar a Deus como emblema maior da justiça, passa pela denúncia do assassinato como forma de coerção, até descer a detalhes escabrosos da “sepultura” representada pelo porão do navio. Ademais, tanto na tortura sádica e prolongada, quanto na eliminação pela queimadura, ambos enfatizam o embrutecimento dos mercadores de escravos, que tratam sua “mercadoria” pior do que seriam tratados se fossem animais.

Desse modo, a especificidade que distingue a narrativa biográfica da ficcional se dissolve nos porões onde habita a memória da dor. E a distância que separa Detroit de Guimarães, no Maranhão, desaparece nas histórias comuns à história do Atlântico Negro. Vozes aparentemente isoladas, Maria Firmina e Mahommah Baquaqua se bifurcam na mão afro-descendente que busca na escrita o gesto político e se irmanam na construção da identidade diaspórica que celebra a África e repudia a escravidão.

⁷ Ver Baquaqua (1854), *apud* Nussenzweig (1988).

Ambos os textos levam o leitor a indagar sobre a barbárie e a respeito de quem verdadeiramente é o civilizado. O romance de Maria Firmina e a autobiografia de Baquaqua fornecem elementos acerca do pacto psicológico da jornada ao longo das rotas escravagistas e da real situação de barbárie a que o povo africano foi submetido. Na autobiografia de Baquaqua, e no romance *Úrsula*, outros pontos em comum podem ser encontrados: a fuga do Túlio do cativo, sua determinação pela liberdade e as redes humanitárias existentes a favor do negro.

Portanto, mais do que apontar outras direções para a compreensão de nosso passado histórico, *Úrsula* pinta os quadros sociais daquele meio distante da Corte, cuja cultura ainda hoje se faz carente de divulgação junto ao grande público brasileiro do Sul e Sudeste do País. Túlio, Susana e Antero são personagens representativos de afro-brasileiros conscientes de sua condição e de seu potencial enquanto indivíduo e enquanto raça.

Referências bibliográficas

BAQUAQUA, Mahommah Gardo. *Biography of Mahommah G. Baquaqua: a Native of Zoogoo, in the Interior of Africa*. Detroit: George E. Pomery and Co., Tribune Office, 1854.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

CASTELO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba, o vaqueiro: episódio da seca do norte*. Teresina: Universidade Federal do Piauí; Academia Piauiense de Letras; Projeto Petrônio Portela, 1988.

LOVEJOY, Paul E. "Identidade e a miragem da etnicidade: a jornada de Mahommah Gardo Baquaqua para as Américas". *Afro-Ásia, Centro de Estudos Afro-Orientais*, CEAO da FFCH-UFBA, nº 27, p. 9-39, 2002.

MENDES, Algemira de Macedo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em Linguística e Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Porto Alegre, 2006.*

NUSSENZWEIG, Sonia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 8, nº 16, mar.-ago. 1988.

RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira: meio século de história literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RAMOS, Arthur. "A exegese psicanalítica". In: _____. *O negro brasileiro: etnografia religiosa*. Rio de Janeiro: Graphia, 2001, v. 1, p. 114-25.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Rio de Janeiro: Presença; INL, 1988.

SAYERS, Raymond S. *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1958.

STOWE, Harriet Beecher. *A cabana do Pai Tomás*. Trad. de Linguagest. Porto: Público Comunicação, 2005.

TORIBIO, Luzia Navas. *O negro na literatura maranhense*. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 1990.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Recebido em 18 de fevereiro de 2011

Aprovado em 24 de abril de 2011